

RELATÓRIO PEDAGÓGICO TÉCNICO Nº 02/2026

Análise de adequação pedagógica da Coleção *De A a Z – Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, da Potencial Editora, para eventual adoção na Rede Municipal de Ensino de Itapipoca – CE.

1. INTRODUÇÃO

A presente manifestação técnica tem por objetivo analisar, sob fundamentos pedagógicos, curriculares e de política pública educacional, a pertinência da adoção da Coleção *De A a Z – Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, produzida pela Potencial Editora, para utilização na Rede Municipal de Ensino de Itapipoca, especialmente no ciclo de alfabetização e consolidação das aprendizagens iniciais. A análise considera as especificidades da rede municipal, o contexto educacional local, os princípios da Base Nacional Comum Curricular, bem como as diretrizes constantes no Plano Municipal de Educação de Itapipoca, instituído pela **Lei Municipal nº 022/2015**, alterado pela **Lei nº 005/2019** e posteriormente prorrogado pela **Lei nº 048/2025**.

Itapipoca consolidou, nos últimos anos, posição relevante no cenário educacional cearense em razão da ampliação do atendimento escolar, da capilaridade de sua rede municipal, da presença de escolas urbanas e rurais, da oferta em comunidades específicas e da manutenção de indicadores positivos de permanência estudantil. Trata-se de sistema educacional heterogêneo, com realidades sociais distintas e necessidades pedagógicas variadas, o que exige materiais didáticos flexíveis, territorializados e capazes de dialogar com múltiplos contextos de aprendizagem.

Nesse sentido, a escolha de materiais destinados aos anos iniciais deve observar não apenas promessas de elevação de desempenho, mas sobretudo sua aderência a uma concepção contemporânea de alfabetização, entendida como processo integral que articula leitura, escrita, oralidade, letramento, desenvolvimento cognitivo, formação estética e inserção social da criança no universo da cultura escrita.

2. DA ANÁLISE TÉCNICO-PEDAGÓGICA DAS AMOSTRAS

A análise sobre a Coleção *De A a Z* revela estrutura organizada em eixos segmentados, tais como módulos específicos voltados a sons, fluência leitora, práticas de escrita e compreensão textual. Embora essa organização possa oferecer aparente sistematicidade operacional, ela suscita preocupação pedagógica por sugerir fragmentação de processos que, do ponto de vista científico e didático, devem ocorrer de forma integrada. A alfabetização não se realiza por compartimentos estanques. Ler, escrever, interpretar, falar e produzir sentidos são dimensões interdependentes do desenvolvimento infantil. Quando o material divide excessivamente essas experiências em blocos técnicos, corre-se o risco de artificializar a aprendizagem e reduzir a complexidade do processo alfabetizador.

...Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental....(pag 53, BNCC)

Tal fragilidade mostra-se especialmente sensível em uma rede como a de Itapipoca, cuja diversidade territorial demanda práticas contextualizadas e dinâmicas. Crianças de comunidades rurais, periferias urbanas ou diferentes arranjos socioculturais aprendem por trajetórias distintas, exigindo intervenções docentes flexíveis e não metodologias excessivamente linearizadas.

Também se identificam indícios de forte alinhamento mercadológico a políticas normativas e editais públicos, com ênfase declarada no atendimento a parâmetros regulatórios nacionais. Embora seja legítimo que materiais didáticos dialoguem com a legislação educacional vigente, há risco quando a centralidade da proposta desloca-se do projeto pedagógico da escola para o cumprimento técnico de exigências externas. A função do currículo não é apenas atender normativas, mas responder às necessidades concretas dos estudantes e ao projeto educacional do território.

...Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a:...(pag 18, BNCC)

O Plano Municipal de Educação de Itapipoca estabelece metas de qualidade social, valorização docente, inclusão, gestão democrática e melhoria das aprendizagens em perspectiva ampla. Isso significa que qualquer material adotado pela rede deve servir ao plano municipal e não subordinar a política educacional local a modelos padronizados de mercado.

Outro aspecto de elevada relevância refere-se ao possível viés fonocêntrico da coleção, evidenciado pela centralidade atribuída a módulos de sons e fluência. A consciência fonológica é componente importante da alfabetização, porém não pode converter-se em eixo absoluto do processo. Quando o ensino se concentra predominantemente na correspondência entre fonemas e grafemas, existe risco de reduzir a alfabetização à decodificação mecânica, em detrimento da compreensão leitora, da autoria textual, da leitura literária e das práticas sociais reais de uso da língua.

...Assim, alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. Ocorre que essas relações não são tão simples quanto as cartilhas ou livros de alfabetização fazem parecer. Não há uma regularidade nessas relações e elas são construídas por convenção. Não há, como diria Saussure, “motivação” nessas relações, ou seja, diferente dos desenhos, as letras da escrita não representam propriedades concretas desses sons....(pag 90, BNCC)

As pesquisas contemporâneas em alfabetização demonstram que crianças precisam, simultaneamente, aprender o sistema de escrita e participar de situações autênticas de leitura e produção de textos com significado. Uma política municipal que já alcançou avanços educacionais, como é o caso de Itapipoca, demanda materiais capazes de sofisticar a aprendizagem, e não restringi-la a treinamentos instrumentais.

No campo da produção escrita, a coleção também apresenta potencial limitação ao privilegiar “práticas de escrita” organizadas em rotinas fechadas. Isso pode resultar em atividades de cópia, preenchimento, repetição de modelos e textualizações excessivamente guiadas. Tal concepção enfraquece dimensões essenciais da escrita escolar, como autoria, criatividade, intencionalidade comunicativa e construção de identidade discursiva.

Nos anos iniciais, escrever não significa apenas dominar convenções gráficas; significa aprender a expressar ideias, narrar experiências, argumentar, imaginar e participar do mundo simbólico. A rede municipal de Itapipoca, ao buscar consolidação qualitativa de seus indicadores, necessita promover produção textual significativa desde cedo, o que demanda materiais mais abertos e dialógicos.

A utilização simultânea de múltiplos livros e módulos também enseja preocupação. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o excesso de cadernos, coleções paralelas e frentes fragmentadas pode gerar sobrecarga cognitiva, dispersão do tempo pedagógico e burocratização da rotina escolar. Crianças em processo de alfabetização necessitam de experiências consistentes, continuidade didática, tempos adequados de exploração e acompanhamento individualizado. A multiplicação de instrumentos pode produzir efeito inverso ao pretendido: menos profundidade e maior superficialidade no contato com a linguagem escrita.

Em uma rede extensa como a de Itapipoca, onde o professor precisa acompanhar ritmos diversos de aprendizagem, materiais excessivamente compartimentados tendem a dificultar intervenções pedagógicas personalizadas.

Por fim, observa-se risco de mercantilização do processo alfabetizador quando a proposta se apresenta como solução integrada composta por materiais impressos, recursos digitais, formações vinculadas e metodologias proprietárias. Em tais situações, o protagonismo pedagógico pode deslocar-se da escola pública e de seus profissionais para a empresa fornecedora. A política educacional municipal deve fortalecer capacidade interna da rede, formação continuada autônoma e inteligência pedagógica local, e não criar dependência estrutural de fornecedores externos.

Esse aspecto ganha relevância à luz do Plano Municipal de Educação, que valoriza os profissionais da educação e a gestão democrática como pilares do desenvolvimento da rede. A adoção de soluções prontas, centralizadas e comercialmente fechadas pode tensionar esses princípios.

3. CONCLUSÃO FINAL

Em síntese conclusiva, após a análise exauriente da Coleção "De A a Z", verifica-se que o referido material didático pauta-se por uma lógica de fragmentação tecnocrática que conflita com as diretrizes de qualidade social e emancipação da Rede Municipal de Ensino de Itapipoca. A adoção de soluções educacionais "fechadas" e de caráter mercadológico não constitui apenas uma escolha de insumo,



mas uma decisão política que, se implementada, fragilizaria a autonomia do professor e a identidade territorial do município.

A decisão pela não recomendação desta coleção fundamenta-se nos seguintes eixos críticos:

1. **Fragmentação Didática:** A compartimentação dos eixos da linguagem em eixos estanques (sons, fluência, escrita) atenta contra a natureza integrada do processo de alfabetização, transformando a língua em um conjunto de partes mecânicas, em detrimento do sentido.
2. **Reduccionismo Fonocêntrico:** A ênfase desproporcional na decodificação (fonemas-grafemas) esvazia a alfabetização de sua dimensão social e discursiva, limitando o estudante a um executor de códigos, sem o necessário letramento crítico.
3. **Dependência e Mercantilização:** A natureza proprietária da proposta — que atrela materiais impressos a formações e metodologias exclusivas — gera um vínculo de dependência técnica que enfraquece a inteligência pedagógica local e a autonomia da rede pública.
4. **Incompatibilidade com o "Currículo em Ação":** A rigidez da metodologia é incompatível com as necessidades de flexibilidade exigidas pela diversidade sociocultural de Itapipoca (zonas rurais, periféricas e urbanas), ferindo a autonomia das instituições escolares em adequar o currículo ao seu contexto.

DIANTE DO EXPOSTO, este parecer manifesta-se formalmente **NÃO FAVORÁVEL** à adoção da Coleção "De A a Z" como política central de material didático para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

É o parecer.

Documento assinado digitalmente
gov.br **LUIS FERNANDO DE MELO**
Data: 30/04/2026 18:44:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Itapipoca – CE, 30 de Abril de 2026.

LUÍS FERNANDO DE MELO
Matrícula nº 112206-1

Documento assinado digitalmente
gov.br **FERNANDA BRITO CAVALCANTE**
Data: 30/04/2026 19:17:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDA BRITO CAVALCANTE
Matrícula nº 137926-7
Matrícula nº 162983-2


ANA MARIA COELHO CORPE TEIXEIRA
Matrícula nº 044722-6
Matrícula nº 122947-8